

FOLHA POLITICA E LITTERARIA.

—SUBSCREVE-SE A 2\$500 RS. POR TRIMESTRE (13 NUMEROS) E VENDE-SE CADA FOLHA AVULSA A 200 RS. NESTA TYP.

DOMINGO 26 DE MARÇO.

MARANHAO TYPOGRAPHIA DA TEMPERANÇA, IMPRESSO POR MANOEL PEREIRA RAMOS, NA RUA FORMOSA CAZA N. 2.

EXTERIOR.

A MENSAGEM DO PRESIDENTE DOS ESTADOS-UNIDOS.

Londres, 1.º de janeiro de 1848.

—Os representantes ministeriaes dos Estados Unidos são excluídos das deliberações do congresso, e isso faz que a mensagem do presidente seja a unica exposição official da politica do gabinete. De feito, o presidente é o unico ministro responsavel da União em todas as grandes questões de politica. A mensagem annual apresentada no principio da sessão equivale, pois, a uma serie de discursos dos bancos ministeriaes, e provavelmente o systema americano vem a custar por fim muito menos eloquencia ministerial e attenção publica do que as estradas arengas dos estadistas europeos. Em nenhuma occasião que nos lembre podia a mensagem do presidente despertar considerações tão graves como hoje. Posto que suas conclusões sejam em verdade ao caracter mais violento, e devessem causar admiração e excitação a um povo menos addicto que o americano a engrandecimento territorial, são apresentadas com argumentos tão plausiveis e sustentadas com uma tal accumulacão de razões sophisticas, que não era possivel fazer apparecer a politica do Sr. Polk de baixo de um ponto de vista mais vantajoso, nem levar o paiz com mais astucia a apoiar, a despeito mesmo de suas convicções, a linha de conducta adoptada pelo governo. Ainda não vimos arte mais consummada do que essa com que o Sr. Polk conseguiu sujeitar a União á sua vontade sobre a questão mais momentosa que podia originar-se. Ao mesmo tempo que affecta entragar-se á indulgencia dos seus concidadãos com toda a docilidade de um servidor do Estado, não se esquece de lembrar á nação que está tão compromettida na guerra mexicana e em todas as suas consequências, tanto futuras como passadas, que nem os principios fundameetaes da constituição americana se podem oppôr ao cumprimento dos seus designios.

Convirá esboçar o mais breve possivel as delicadas gradações de linguagem e de logica com que o presidente leva o paiz a este resultado, e examinar depois a natureza desse resultado. A questão toda assenta, já se sabe, na presumpção tantas vezes apresentada, e sempre com igual falsidade, de que existia uma causa sufficiente para a guerra com o Mexico antes da União se apoderar do Texas, e que as hostilidades começárao "por um acto praticado pela republica do Mexico." Ocioso fôr repetir que nunca houve manifestação ou declaração de guerra que fizesse co-

cheçar essas causas ao mundo, e que essa guerra nunca foi sancionada pelo congresso. O verdadeiro principio da guerra foi a marcha das forças americanas para um territorio em disputa por ordem do presidente e só delle. Contudo, como o preambulo do acto do congresso de 13 de maio de 1846, que concedia dinheiro e soldados, reiterou essa falsidade, aproveitou-se disso o presidente para allegar agora que a guerra fôr declarada pelo congresso com extraordinaria unanimidade, quando o que é verdade é que no congresso nem se discutio, nem se pôz a votos semelhante guerra. A unica questão de que tratou o congresso foi a de conceder os meios necessarios para salvar o exercito do general Taylor das consequências de um acto imprudente e inconstitucional.

Na mensagem de dezembro de 1846 declarou o presidente que esta guerra não fôr começada com vistas de conquista. Hoje demonstra com muito mais sinceridade que foi principiaa para esse fim, e que o congresso já está compromettido a essa consequencia; porquanto, diz elle, votando o congresso os meios necessarios para proseguir a guerra, devia prever que nossos victoriosos exercitos exigiriao a indemnisação dessas despesas como uma das condições indispensaveis da paz. E' notorio porém que a unica indemnisação que pôde dar o Mexico é a de concessão de territorio. E' pois só em territorio podem ser pagas essas dividas sancionadas pelo congresso.

Esta argumentação corrobora em todas as suas partes a opinião que se forma na Europa. A questão não sabe de um circulo vicioso; fizeram-se as despesas da guerra para sustentar a politica do presidente, e deve exigir-se uma concessão territorial para pagar as despesas; portanto a politica do presidente conduz directamente ao engrandecimento territorial, cousa de que ninguem nunca duvidou na Europa, e que até hoje ninguem tinha confessado na America.

O Sr. Polk é agora porém muito explicito sobre este ponto, e d'ora em diante ninguem pôde accusar o governo americano de dissimular o objecto real da sua politica. Em algarismos pôde dizer-se que o presidente quer uma porção de territorio que comprehende 24 grãos de longitude e 10 de latitude. Diz, é verdade, que os limites territoriaes do Texas abrangem toda a provincia do novo Mexico que jaz a leste do Rio Grande—falia que annexa de um jacto aos Estados-Unidos a cidade de Santa Fé e toda essa vasta região; mas vai 19 grãos além para o occidente, do Rio Grande ao Pacifico, e annuncia que todo o Novo Mexico e Alta California pertencem já aos

Estados-Unidos por direito de conquista; e como é fôr da duvida que nunca serão restituídos ao Mexico, propõe o presidente que essa immensa região fique sajeita desde já á jurisdicção e leis da União, sem se esperar pela formalidade de um tratado para legalisar a sua posse. Pôde-se formar uma idéa da vastidão desse territorio, sabendo-se que é quasi igual ao continente da Europa desde a costa da França até o mar negro, e de Gibraltar até Ostende.

Sobre esta importante questão tem de decidir portanto o congresso dos Estados-Unidos, e decidindo-a, determinará o verdadeiro principio e os fins da guerra. Para estimular todas as paixões e illusões que podem auxiliar seus designios teve o Sr. Polk a condescendencia de repetir a extravagante ficção do partido Jackson, de que "no momento em que os Estados-Unidos cessassem de occupar a Alta California, trataria alguma das potencias da Europa de apoderar-se d'ella por meio de conquista ou de compra;" e esta segura intimação das intenções de alguma potencia europeia é acompanhada da repetição da declaração do Sr. Monroe "de que nunca os Estados-Unidos hão de consentir que uma potencia da Europa estabeleça novas colonias ou dominio em parte alguma do continente norte-americano."

E' certamente notavel que esta declaração seja reiterada, não por um governo que adhira firmemente aos principios pacificos da constituição americana, mas sim por um estadista que se prevalece da falta de uma força contrapesante no continente americano para fazer a um vizinho fraco a maior espoliação de que ha exemplo na historia moderna; pois que o Sr. Polk não tem mostrado adherir aos principios de moderação que podem assegurar a paz da America do norte e do mundo, e confessa sem escrúpulos que esta politica pôde envolver o paiz "em guerras mais difficeis e mais dispendiosas do que aquella em que ora se acha empenhado."

As observações da mensagem sobre as probabilidades da paz e sobre a maneira de dirigir a guerra são igualmente pouco satisfactorias. Vendo que os Mexicanos não estão dispostos a tratar com o exercito invasor, lembra o Sr. Polk que se pôde formar um governo "dos amigos da paz" no Mexico, sob a protecção dos generaes americanos, e que um tal governo, elevado ao poder com o apoio militar do inimigo, poderá alhear com segurança metade do territorio da republica mexicana! "Este, diz o Sr. Polk, talvez venha a ser o unico modo de obter a paz que exigimos." Pôde ser; mas que é isso senão o principio do systema fa-

tal de dominação estrangeira em estados vizinhos, e de interferência estrangeira em revoluções domesticas, que acaba sempre pela desmoralização de um estado e subjugação do outro? Falhando porém todos os recursos, recommenda o Sr. Polk que as forças americanas continuem a occupar todo o paiz; que se lance mão de todas as rendas publicas da republica mexicana ao alcance do exercito, e que se imponhão contribuições de guerra ao inimigo "por todos os modos compatíveis com as leis da guerra." Quanto a este ultimo ponto, que pôde tocar nos enormes thesouros das igrejas mexicanas, tem-se mostrado os generaes americanos muito mais indulgentes—e seja dito isto em honra sua—do que o governo americano.

Para proseguir com efficacia as medidas propostas pelo presidente, terá o congresso de votar um augmento de tropa de linha e de voluntarios, e de autorisar o emprestimo de dezoito milhões de pesos, e um emprestimo ainda maior para o anno que vem, no caso de continuar a guerra. Reservaremos porém para outra occasião as observações que tínhamos a fazer sobre a parte financeira da mensagem. O que levamos dito é quanto basta para esboçar aos nossos leitores este extraordinario estado de cousas. Vemos o chefe não escrupuloso de um estado democratico appellar com confiança para as paixões da plebe que o elevou ao poder, a fim de proseguir uma guerra tão illimitada em seus objectos e duração, como vil e impia em seu começo. E o que é ainda mais lamentavel, e o que mais surprende é que, comquanto esta politica violenta e rapace não inspire respeito nem tenha o assentimento de nenhuma classe illustrada e recta do povo americano, não tenham os seus adversarios meios ou resolução para fazerem parar o governo executivo na sua carreira ou para reivindicarem as leis da justiça internacional. Para a camara dos representantes foi eleito, porém, um presidente whig pela maioria de um voto, e confiamos que o partido whig fará um esforço rigoroso para mostrar que os principios desta mensagem não são os principios de todo o povo dos Estados-Unidos.

(Times.)
(Do Jornal do Commercio.)

Corresp. do Jornal do Commercio.

Paris, 1.º de Janeiro.

—Estamos com as camaras abertas, e em pleno torneio parlamentar. O signal das justas foi dado no dia 28 do mez passado pelo discurso da corôa, programma de mil promessas de economias e de reformas, a terça parte das quaes bastaria para fazer a felicidade da França, se houvessem de ser cumpridas. Parece contudo que a confiança do povo em boas palavras já não existe, porque 18 vezes lhe tem dito a mesma cousa desde 1830, e 18 vezes sem resultado. E a prova de que nesta falta de confiança a que alludo, não existe nada de exaggeração, e muito menos de imaginario, é que no mesmo momento em que a falla do throno foi conhecida na praça, immediatamente os fundos publicos, que ainda no dia antecedente tinham subido de uma maneira mui evidente, começaram a retrogradar com tal rapidez que mais parecia desesperação que outra cousa: triste con-

traste de deploraveis realidades, quando se compara com os vivas e salvas de artilharia, com que no mesmo momento a abertura dos trabalhos legislativos era saudada pelas turbas officiaes.

Isto, não obstante, o excesso de confiança com que o ministerio se apresentou ás camaras, é tal como nunca foi, e custa realmente a conceber, não só a explicar. Nunca o novo presidente do conselho pareceu tão senhor de si e da fortuna como neste momento, em que todos os seus inimigos politicos esperavão vê-lo inteiramente descorçoado. Bem longe de evitar as questões de gabinete, que são aquellas em que a existencia do ministerio vai envidada, é elle mesmo quem as provoca, e quem está atirando, como que por ácinete, carteis do desafio á opposição. Impaciente por lhe dar mostra das forças de que dispõe (cousa incrível!) até da eleição do presidente da camara fez questão de gabinete, declarando que toda a administração se retiraria em massa no caso de não sahir eleito o deputado Sauzet, candidato mimoso e exclusivo do ministerio. Foi o que bastou! Logo no primeiro escrutinio foi o favorito elevado á presidencia por uma maioria de 227 votos contra 105, sem que se manifestasse no partido conservador o mais pequeno symptoma da divisão ou discordia com que contavão os da esquerda. Mansinhos como uns cordeiros, todos foram indo (notavel obediencia!) de cabeça baixa... *quaitur, non quia cundum est.*

Entre as diferentes questões, que hão de ser ventiladas (não quero dizer decididas) nesta sessão, ha uma que diz respeito ao Brasil, porque anda ligada a um dos mais vitaes interesses deste paiz. Nenhuma menção se fez della no programma pelo discurso da corôa; mas a necessidade da decisão é tão urgente, que necessariamente o governo a ha de tomar em consideração em que lhe peiz. Esta questão é a dos assucares. É provavel que já ninguém esteja lembrado do que eu disse a este respeito em 1843, quando passou nas camaras a lei que actualmente regula a industria saccharina deste paiz. Esta lei, segundo todos devem saber, foi imaginada para reprimir o excesso da produção do assucar de betarraba, elevando pouco os direitos que elle devia pagar até o fazer chegar aos com que o assucar colonial costumava entrar em França; mas, logo que ella passou, disse eu, fundando-me em razões que os curiosos podem consultar nas correspondencias da época a que me refiro, que provavelmente o resultado veria a ser o contrario daquello que se previa. Assim aconteceu com effeito: de 72 milhões de libras a que a produção do assucar indigena chegou em 1844, em breve subio a 80 milhões em 1845, a 106 milhões em 1846, e finalmente a quasi 140 milhões de libras em 1847. Esmagado por tão irresistivel concurrencia, para cima de 40 milhões de libras de assucar colonial devem ficar todos os annos no mercado sem se poderem vender; e para consummar a ruina das colonias, e com ella a da marinha mercante franceza de longa navegação, não é preciso mais nada. Assustado com tal deploravel perspectiva, já o commercio dos diferentes portos francezes, especialmente Nantes, Marselha e Havre, tem dirigido ao governo representações sobre representações; e como a reforma das tarifas, prometida pelo discurso da corôa, offerece facil ensejo para enterreirar a materia, é

summamente provavel que alguma cousa se faça a este respeito nesta sessão.

Um acontecimento que todos deplorão, e que teve tanto de terrivel como de inopinado, veio envenenar de repente os regozijos do novo anno, e transformar para Luiz Philippe em cumprimentos de pezames as felicidades, que, por occasião da solemnidade do dia, lhe devião dirigir as diferentes corporações do estado. A princeza Adelaide, ultimo resto dos quatro irmãos que el-rei contava (porque os tres bastardos que ainda vivem, Cubière, Vatout e conde de St. Albin, Deos sabe o que na realidade serão, posto que a opinia publica por taes os tenha) falleceu ao romper da aurora do dia de hontem, de uma maneira tão subita e inesperada, que todo o mundo, ao saber na noticia, lhe applicou as conhecidas palavras do Bossuet—*Madame se meurt... Madame est morte!* Era senhora de alto espirito, e de grande tino politico, que seu irmão apreciou sempre como devia, consultando-a em todas as circumstancias difficeis, e tendo em grande consideração o seu parecer. O seu character particular tinha muita semelhança com o da rainha de Portugal D. Luiza, esposa do feliz restaurador D. João IV. Com effeito, assim como a duqueza de Bragança, à força de coragem, triumphou das irresoluções de seu marido em aceitar a corôa, dirigindo-lhe aquellas memoraveis ou ambiciosas palavras—*Antes rei uma hora que duque toda vida*, do mesmo modo a princeza Adelaide, depois de ter vencido com rara sagacidade em torno de seu irmão todas as grandes influencias que os erros da dynastia moribunda lhe alienavão, tomou enfim, no momento supremo de 1830 a iniciativa da grande resolução de que pendião os destinos da França, acciando em nome do duque de Orleans a corôa que elle ainda se não atrevia a aceitar. A historia dirá quando for tempo, se neste procedimento houve tanto de leal como de corajoso.

A princeza Adelaide de Orleans tinha nascido em 1777, e viveu por consequencia 70 annos. As suas disposições testamentarias ainda não conhecidas, ao menos de maneira official injusta fora por tanto, e em todo o caso prematuro, aceitar como bem fundadas as censuras que a malevolencia já vai fazendo, e que accusa a testadora; primeiro, de que n'uma herança de 120 milhões ficassem os pobres sem ter quinhão; segundo, de que de todos os filhos de Luiz Philippe fosse o duque de Nemours o menos contemplado, não obstante ser o que mais necessidade tinha de o ser. O que, porém, em todo o caso parece certo, é serem o principe de Joinville e o duque de Montpensier os dous legatarios principaes. Ao primeiro tocou a bella propriedade de Joinville com todos os bens situados no Alto Marne, cujo rendimento se calcula em cousa de um milhão por anno; ao segundo, ficou a propriedade de Randon em Auvergne, que rende meio milhão, alem de outros bens pelo menos tão importantes. Do general Athalin, que á face da igreja contrahio com a defunta legitimo matrimonio, celebrado pelo bispo de Marrocos, nenhuma menção podia fazer-se, visto não ter tido lugar o casamento civil, que, aos olhos da lei franceza, é o unico que pôde ter consequencias legais: diz-se porém que o feliz viuvo recebeu em dinheiro de contado, a titulo de consolação, a somma redonda de seis mi-

lhões para si, e dous para cada um de seus filhos. Para quem tinha subido tanto acima, é muito pouco; para quem tinha partido tanto debaixo é mais que muito. (Continúa.)

INTERIOR.

MARANHÃO

Documentos publicados em resposta ao Observador n. 37 de 15 de Março do corrente anno.

—O Secretario da Instrução Publica passe por Certidão: 1.º o dia em que entrou em exercicio da Cadeira de Geographia e Historia, o Dr. Candido Mendes d'Almeida; 2.º os annos em que interrompeu este exercicio, e o motivo porque; 3.º si no tempo em que regou a Cadeira até o fim do anno lectivo houve Alumnos que fizessem acto, e quantos; 4.º si nos annos em que a Cadeira deixou de ser por elle regida houve Alumnos que fizessem acto, o quantos; 5.º si sempre que elle regou a Cadeira até o fim do anno os seus Alumnos perderão o anno, ou não. Assim o cumpra. Lyceu do Maranhão 3 de Fevereiro de 1848.—*Francisco Sotero dos Reis.*

Certifico em virtude da Portaria supra: 1.º que o Dr. Candido Mendes de Almeida entrou no exercicio da Cadeira de Geographia e Historia do Lyceu a 22 de Janeiro de 1840; 2.º que no mesmo anno de 1840 interrompeu esse exercicio a 4 de Outubro por ter obtido licença do Governo—no de 1841 interrompeu o exercicio de 7 de Janeiro á 7 de Abril por estar licenciado, de 7 á 20 do mesmo Abril por excesso de licença, e de 19 de Julho á 11 de Agosto por doente—no de 1842 interrompeu o exercicio do 1.º de Agosto á 31 de Outubro por motivo de licença, e do 1.º á 19 de Novembro por doente—no de 1843 esteve fora de exercicio sem causa justificada—no de 1844 esteve tambem fora de exercicio sem causa justificada, excepto nos mezes de Janeiro, e Fevereiro até 19, e de 11 de Abril á 11 de Julho, em que esteve com licença—no de 1845 esteve fora de exercicio sem causa justificada—no de 1846 esteve tambem fora de exercicio sem causa justificada até 29 de Dezembro em que se apresentou—no de 1847 não interrompeu o exercicio, nem o tem feito no presente anno; 3.º que no tempo em que regou a Cadeira até o fim do anno lectivo não houve Alumnos que fizessem acto; 4.º que nos annos em que a Cadeira deixou de ser por elle regida houverão Alumnos examinados—á saber:—em 1843 um, em 1844 trez, e em 1845 dois; 5.º que nos annos de 1840, 1841, e 1847 em que regou a Cadeira até fins do anno os seus Alumnos perderão o anno. Secretaria da Instrução Publica do Maranhão 3 de Fevereiro de 1848.—O Secretario da Instrução Publica, *J. N. X. de Brito.*

—O Secretario da Instrução Publica passe por Certidão o numero d'Alumnos matriculados em cada um dos annos na Aula de Geographia e Historia desde que ella começou a ser regida pelo Dr. Candido Mendes d'Almeida até 1847 inclusive; quaes os Substitutos que regerão a mencionada Cadeira nos annos em que o referido Lente interrompeu o exerci-

cio; e quaes os Alumnos approvados neste decurso de tempo, e sob o magisterio de quem.—Lyceu do Maranhão 4 de Fevereiro de 1848.—*Francisco Sotero dos Reis.*

Certifico em virtude da Portaria supra: 1.º que no anno de 1840, em que a Cadeira de Geographia e Historia do Lyceu começou a ser regida pelo Dr. Candido Mendes d'Almeida, se matriculou na mesma um Alumno—que no de 1841 se matricularão dois—no de 1842 um—no de 1843 quatro—no de 1844 trez—no de 1845 quatro—no de 1846 dois—no de 1847 quatro; 2.º que a referida Cadeira foi regida de 19 de Julho á 11 de Agosto de 1841, e de 13 de Agosto de 1842 á 27 de Fevereiro de 1843 pelo Substituto João Neponuceno Xavier de Brito, e de 28 de Fevereiro de 1843 á 20 de Novembro de 1846 pelo Substituto Philippe Benicio d'Oliveira Condrú; 3.º que nos annos de 1843, e 1844, sob o magisterio do Substituto João Neponuceno Xavier de Brito, foram approvados os Alumnos, José Ricardo Jauffret, Raimundo Joaquim Cesar, Pedro de Souza Guimarães, e Alvaro Duarte Godinho; e no anno de 1845, sob o magisterio do Substituto Philippe Benicio d'Oliveira Condrú, os Alumnos Sebastião Pedro Nolasco, e Roberto Augusto Collin.

Secretaria da Instrução Publica do Maranhão 4 de Fevereiro de 1848. O Secretario da Instrução Publica.—*J. N. X. de Brito.*

—O Secretario da Instrução Publica passe por Certidão o Officio pelo qual o Inspector da Instrução Publica o Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento, mandou metter em processo o Professor de Geographia e Historia Candido Mendes d'Almeida. Lyceu do Maranhão 4 de Fevereiro de 1848.

Francisco Sotero dos Reis.

—Certifico em virtude da Portaria supra, que o Officio mandado passar por Certidão é de theor seguinte:—N.º 190.—Tendo o Professor de Geographia e Historia do Lyceu desta Cidade, Candido Mendes d'Almeida, incorrido nas disposições do artigo 157 do Codigo Criminal, por ter largado o exercicio do seu Emprego, como mostra o documento incluso, todo o anno passado até 18 de Novembro, sem previa licença de Superior legitimo, e excedido a que lhe foi concedida no dito mez, e expirou a 18 de Fevereiro ultimo, sem motivo urgente, e justificado, assim o participo a V. S. para que se digno proceder contra o dito Empregado como for de direito.—Deos Guarde a V. S. Lyceu do Maranhão 28 de Março de 1836.—Ilm. Sr. Dr. Raimundo Felipe Lobato, Juiz de Direito do Crime desta Cidade.—O Inspector da Instrução Dr. Casimiro Joze de Moraes Sarmiento.—E' quanto se contém no referido Officio. Secretaria da Instrução Publica do Maranhão 4 de Fevereiro de 1848.—O Secretario da Instrução Publica, *J. N. X. de Brito.*

—N.º 119.—Ilm. e Exm. Sr.—Levo ao conhecimento de V. Exc., que no dia 18 do corrente se ultimarão os exames dos Alumnos do Lyceu, principiados no dia 3, como em data de 25 do mez p. p. participei a V. Exc. que deveria ter lugar. Do Quadro junto verá V. Exc. o numero d'Alumnos matriculados no presente anno lectivo, o dos que fizerao acto, e como, o dos que não concluirão as materias do anno, e

o dos que perderão o anno por faltas.—Tenho a acrescentar ao que se acha especificado no referido Quadro, que dos Professores que não appromptarão Alumnos para fazer acto, o de Inglez deu grande numero de faltas, ao que pela ventura se pode attribuir o pouco aproveitamento dos seus Alumnos; o de Geographia e Historia ficou sem Alumnos antes do fim do anno, como infelizmente lhe tem acontecido em outras occasiões; o de Desenho teve sem daviada motivo justificado; porque o acanhado espaço da casa lhe não permitiu o copiar de modelos de gesso, mas, nada obstante, apresenta os trabalhos dos seus Alumnos, de que se fará exposição n'este Estabelecimento, no dia 25 do corrente, tanto de manhã como de tarde.

Deos Guarde a V. Exc.—Lyceu do Maranhão 22 de Novembro de 1847.—Ilm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Franco de Sá, Presidente da Provincia.—*Francisco Sotero dos Reis*, Inspector Interino da Instrução Publica.

—O Sr. Secretario da Instrução Publica certifique: 1.º qual o dia ou dias em que eu tenho deixado de comparecer no Lyceu desde que fui nomeado Inspector Interino da Instrução Publica; 2.º si tem havido desde essa epoca duplicata nos ordenados ou diarias dos Substitutos da Cadeira de Latim; 3.º em que data determinei por escripto ao Porteiro do Lyceu, João Ignacio de Moraes Rego, que caiasse o Lyceu, e quando este deixou de comparecer na Repartição por doente. Lyceu do Maranhão 18 de Março de 1848.

—Certifico em virtude da Portaria supra: 1.º que não obstante não estar sujeito a Ponto o Inspector da Instrução Publica da Provincia, com tudo, segundo minha lembrança, não tem o actual Inspector Interino faltado á Repartição desde que foi nomeado; 2.º que não tem havido duplicata nos ordenados ou diarias dos Substitutos da Cadeira de Latim do Lyceu, durante a epoca mencionada na Portaria, porque somente se tem contado a esses Empregados as suas diarias durante o tempo em que se achão em effectividade; 3.º que por Portaria de 16 de Fevereiro p. p. foi determinado pelo Inspector Interino da Instrução P. ao Porteiro do Lyceu, João Ignacio de Moraes Rego, que mandasse cair as Aulas do mesmo Estabelecimento—o que se não cumpriu logo, por ter estado o dito Porteiro com parte de doente desde o dia 23 do mesmo mez de Fevereiro.—Secretaria da Instrução Publica do Maranhão 20 de Março de 1848.—O Secretario da Instrução Publica, *J. N. X. de Brito.*

—O Porteiro interino do Lyceu declarou em seguimento desta quando lhe dei eu ordem para não dar agua senão a doze Alumnos reunidos, ou que ordem lhe dei acerca deste objecto.—Assim o cumpra. Lyceu do Maranhão 23 de Março de 1848.—*Francisco Sotero dos Reis.*

Em consequencia da Portaria supra declaro que o Sr. Inspector da Instrução Publica nunca me deu ordem para dar agua só quando se apresentassem doze Alumnos a pedila, e que a ordem vocal que me deu, é que não entregasse a chave do Almario dos potes aos Alumnos, e que fosse eu mesmo abri-lo, para dar agua quando elles a pedissem. Maranhão 23 de Março de 1848.—*Joaquim Mariano Cardozo*, Porteiro interino do Lyceu.

A REVISTA.

Maranhão 25 de Março de 1848.

—No Observador n. 37 publicou o Sr. Dr. Candido Mendes contra nós, como inspector interino da instrucção publica da provincia, um virulento e calumnioso artigo, e se bem que o Sr. Dr. Candido Mendes comece ja em seu n. immediato por disdizer-se em parte do que tinha dito, julgamo-nos todavia obrigado a responder-lhe, e com esse fim publicamos os documentos acima transcriptos sobre os quaes chamamos a attenção do leitor.

Dos documentos referidos vê-se claramente—que nunca houve duplicata nos ordenados ou diarias dos substitutos da cadeira de Latim, pois que a taes empregados só se tem contado as diarias no tempo em que se achão em effectividade,—que na qualidade do inspector interino nunca deixamos de ir um só dia ao lyceô, se bem os inspectores da instrucção publica não sejam obrigados a comparecer ali diariamente, nem estejam sujeitos ao ponto,—que entendemos, como cumpre, no asseio do estabelecimento, pois que ja em 16 de fevereiro p. passado ordenáramos ao porteiro, que o mandasse cair, o que não teve logo logar por subseqüente molestia desse empregado,—que nunca existio a supposta ordem, que o porteiro não des-se agua aos alumnos senão quando se apresentassem 12 com sede, &c.

Mas o Sr. Dr. Candido Mendes entende que houve abuso, senão illegalidade, na nomeação do Sr. Dr. Leal para substituto da cadeira de Rhetorica, porque existia no lyceô o Sr. Galvão que *tem regido essa cadeira*, e não foi para ella posto.

Que as disposições dos arts. 4.º e 11.º das leis provinciales n. 115 e 117, que commettião a substituição das cadeiras do lyceô somente a professores do mesmo, o em que se apoia o Sr. Dr. Candido Mendes, foram alteradas pela lei provincial n. 156, é cousa que não entra em duvida, a vista das disposições combinadas do § 2.º do art. 5.º, e dos arts. 10 e 13 da mesma lei (*). E tanto, que os inspectores da instrucção publica nomeados depois da promulgação da referida lei, e os presidentes da provincia com quem elles servirão, todos assim o entenderão sempre, aquelles propondo, e estes nomeando para a substituição das cadeiras do lyceô pessoas que não erão professores do mesmo. Entre outras nomeações anteriores ao nosso tempo, apontaremos a do Sr. Pedro de Sousa Guimarães para substituto de Francez, a do Sr. Trajano Candido dos Reis para substituto de Latim, e a do Sr. Felipe Benicio de Oliveira Condurú para substituto de Geographia e Historia. Ora o Sr. Dr. Pedro Nunes Leal por nós proposto, e nomeado pelo governo substituto da cadeira de Rhetorica, é formado em direito na universidade de Coimbra onde

a Rhetorica é preparatorio indispensavel para o estudo de direito, e tem as habilitações exigidas no art. 1.º da lei provincial n. 93: por tanto nenhuma illegalidade houve em sua nomeação.

Se não houve illegalidade, houve abuso, diz o Sr. Dr. Candido Mendes. E nos dizemos que se não houve illegalidade, também não houve abuso, porque em materia de administração onde só é abusivo o que é contrario ás leis, não se pode dar abuso sem illegalidade. Mas não propuzemos o Sr. Galvão que é lente do lyceô, e como tal venceria só metade da gratificação na forma do art. 14 da lei provincial n. 80. A isto respondemos, que a questão de gratificação é inteiramente subordinada a questão de habilitações, e não pode por forma alguma prejudicá-la, porque o fim principal da lei é que as cadeiras sejam bem regidas. Dadas as necessarias habilitações, nunca hesitaremos em propôr professores do lyceô para as substituições que se offerecerem, mas visto como os arts. citados da lei n. 156, e nomeadamente o art. 10, os privou dos conhecimentos universaes que lhes conferia o art. 4.º da lei n. 115, não se nos pode levar a mal que vamos procurar habilitações em outra parte quando as não encontrarmos no lyceô, como fazião os Srs. Drs. Casimiro José de Moraes Sarmiento e Alexandre Teophilo do Carvalho Leal no exercicio da inspectoria. Assim em nada offendemos o Sr. Galvão que é professor de Logica, si julgamos o Sr. Dr. Nunes Leal com mais habilitações para substituto da cadeira de Rhetorica. Cumpre notar aqui que o Sr. Dr. Candido Mendes está tão mal informado acerca das cousas do lyceô, que assevera que o Sr. Galvão ja tem regido essa cadeira, quando é certo que o Sr. Galvão nunca explicou Rhetorica no lyceô nem nos consta que o tenha feito em outra parte.

Quanto ao motivo porque não propuzemos o Sr. Dr. Candido Mendes que é, como o Sr. Dr. Nunes Leal, formado em direito em academia acreditada onde a Rhetorica é preparatorio indispensavel, e lente de Geographia e Historia no lyceô, respondemos com os documentos acima transcriptos, e em vista delles decida o proprio Dr. Candido Mendes se seria conveniente propol-o.

A arguição de que, quando queremos proceder contra algum alumno, nos informamos primeiro de seu pai, para nos guiarmos na pena que devemos impôr, é uma asserção inteiramente gratuita, como tantas outras de que abunda o artigo do Sr. Dr. Candido Mendes. As penas que marcão os estatutos são duas unicamente—reprehensão pela primeira vez—eliminação da matricula em caso de reincidencia—, e costumamos a impol-as com igualdade, a vista de partes do porteiro, ou queixa dos lentes.

Na vespera de domingo de entrudo alguns alumnos jogarão ás cabacinhas a entrada do lyceô antes da nossa chegada, mas logo que chegamos, immediatamente fizemos retirar os que tinham tido essa lembrança, e tudo entrou na ordem. E perguntaremos, como é que n'um tempo em que os proprios adultos de nosso paiz se tornão loucos, será possivel evitar alguma cousa destas em um grande numero de jovens de todas as idades e condições?

Julgamos ter respondido ao Observa-

dor n.º 37 sobre as cousas do lyceô naquillo que valia a pena de responder-se, e concluiremos este artigo observando, que entre tudo quanto a paixão fez dizer ao Sr. Candido Mendes contra nós, lá transpirão duas verdades que lhe escaparaõ, o vem a ser—que punimos os alumnos pelas faltas que commettem, e que as nossas ordens são cumpridas no lyceô.—

—Pelo vapor S. Sebastião recebemos folhas do Rio de Janeiro até 27 do passado, e de Pernambuco até 14 do corrente.

—O Sr. Vergueiro pediu e obteve demissão de ministro e secretario de estado dos negocios da justiça; e sobre a modificação do ministerio que algumas dellas dão como em crise, assim se exprime o Jornal do Commercio de 23 e 27 do passado:—

“O Sr. visconde de Macahé ainda não tomou conta da pasta do imperio, em consequencia, segundo consta, de terem apparecido algumas difficuldades no complemento da organização ministerial. O Sr. Limpo de Abreu, que se assegura fôra convidado para uma das pastas, partio esta madrugada para Iguaçu, afim de ter uma conferencia com S. M. o Imperador.”

“O Sr. conselheiro Limpo de Abreu voltou hontem á noite de Iguaçu, onde esteve com S. M. o Imperador. S. Ex. segue hoje para Petropolis e dali para sua fazenda da Posse, donde se conclue que não aceitou a pasta que lhe fôra offerecida.”

—O tenente general Andréa foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul onde, na cidade de Pelotas, foi descuberta e suscitada uma insurreição de escravos, por aviso que dois ou tres delles fizeraõ a seus senhores.

—O Presidente da provincia do Rio de Janeiro revogou o acto da convocação extraordinaria da assemblea provincial que principiou a funcionar em 1846, e adiou para o 1.º de Abril installação da nova assemblea legislativa provincial.

AVISOS.

—Vende-se hum sitio de outra banda do rio Bacanga junto do Tamancão que foi do falecido Conde Escragnole e depois do falecido Capitão Francisco Raimundo Ferreira Alves, o qual tem matta para plantação de mandioca, tendo ja arvôres d'espinho, e caroco, casa de vivenda coberta de telha, dita de forno, com alguns accessorios roda &c, e porpocoens para fazer muito boa telha, pedreira, e ja com alguma pedra arrancada. Quem o quizer comprar falle com sua Viuva D. Margarida Maciel Aranha na travessa do Sineiro n.º 1, em caza de seu genro José Marques de Souza, que o vende por preço comodo para pagar aos credores desse cazal, e o faz com as condições favoraveis ao comprador, sendo a vista, aprazo, ou por trasacção com qualquer dos ditos credores.

—João Joze de Lima declara que, na sua Botica do Largo da Conceição, vendem-se tão sómente Drogas simples, e as compostas em sua Botica da rua do Quebra-Costa, e por isso fica entendido que não se avião receitas e nem se faz composição alguma que demande conhecimentos Pharmaceuticos por falta de Boticario legal. Maranhão 15 de Fevereiro de 1848.

Maranhão Typographia da—Temporanea—1848. Impresso por M. P. Ramos, rua Formosa n. 2.

(*) Art. 5.º Compete ao inspector:

§ 2.º Nomear internamente substitutos para os pequenos impedimentos do lyceô, e propol-os para os casos da lei n. 18: (lei provincial n. 156 de 15 de outubro de 1843.)

Art. 10. Ninguém poderá substituir mais de duas cadeiras, e sendo professor não mais que uma. (Idem).

Art. 13. As gratificações dos substitutos serão as das leis n. desolto artigo primeiro, e numero oitenta artigo quatorzo. (Idem).